

# Economista acha que país tem potencial para crescer

— A economia brasileira está com um freio na boca, querendo crescer. É fácil perceber que existe potência para a retomada. Esse fôlego, no entanto, está sendo calcado para baixo pelas políticas restritivas do Fundo Monetário Internacional — disse o economista Antonio Barros de Castro.

Ao realizar conferência sobre a crise econômica brasileira na Faculdade Cândido Mendes, sob a promoção do Instituto de Estudos para o Socialismo Democrático (IESD), Castro comentou que existem no momento condições reais para a retomada do desenvolvimento, no Brasil, mas que é essencial debater quais serão as características dessa recuperação econômica. Ele defende dois pontos básicos: reajustes de salários que incorporem o aumento da produtividade e a criação de um fundo social, para atender à massa de brasileiros subempregados.

De acordo com Castro, atualmente há duas correntes nítidas de pensamento no país sobre como deverá ser a política econômica no próximo Governo: a corrente neoliberal, que prega a economia de mercado, a liberação para o capital estrangeiro e redução do papel

do Estado, cujo principal defensor é o Senador Roberto Campos, e a corrente da Oposição, que quer a retomada do crescimento, aos níveis históricos de 6% a 7%.

O economista se coloca a favor da tese da Oposição e diz que a inflação não é um obstáculo à recuperação econômica, “pois é melhor conviver com a inflação, mas gerar empregos e estimular a atividade produtiva no país”. Ele também é contra a desindexação imediata, nos moldes como vem sendo proposto por economistas ortodoxos.

## Emprego e Fundo Social

Os grandes problemas do crescimento, na sua opinião, são dois. O primeiro é o de que a geração de empregos ocorrerá em menor ritmo do que a que houve no país de 1950 a 1980 (taxa de crescimento de empregos de quase 6% ao ano), pois indústria já está madura e, conseqüentemente, o aumento do produto econômico não acarretará a criação de tantos empregos como no passado. O segundo diz respeito às dificuldades em incorporar no mercado de trabalho formal a totalidade das pessoas ocupadas.